

Tubaína

Rogério L. Furquim Werneck*

Em meio à inesgotável demanda por otimismo que vem pautando análises que circulam no mercado financeiro, tem-se disseminado a idéia de que, em matéria de política econômica, é difícil enxergar diferenças importantes entre o que seria um governo Lula e um governo Alckmin. O que se diz, ao modo próprio do mercado, é que, no fundo, a celeuma em torno das diferenças entre os dois cenários mais parece uma enfadonha comparação entre Coca-Cola e Pepsi-Cola. Não tem faltado quem refute o simplismo dessas análises e advirta que as diferenças podem ser muito mais importantes do que boa parte do mercado se dispõe a enxergar. Mas o que talvez esteja recebendo menos atenção do que merece é um ponto que sugere mais cautela ainda. Ganhe um candidato ou o outro, ainda não se pode descartar com segurança a possibilidade de que o próximo governo acabe servindo como política econômica uma bebida cujo sabor nada tenha a ver com o que os provadores de plantão remotamente associariam a Coca-Cola ou Pepsi-Cola.

Vislumbrar que política econômica o futuro reserva ao País não tem sido fácil. Na campanha do primeiro turno, pouco ou nada se disse a respeito. Mas nem bem foi dada a partida para o segundo turno, já se pode detectar um fluxo mais intenso de informações sobre a possível orientação das políticas econômicas dos dois candidatos. Mas são informações ainda rarefeitas e pouco confiáveis. Mais parecem emanadas de acirradas disputas pelos ouvidos dos candidatos do que propriamente de opções mais claras que de fato tenham sido feitas. Seja como for, não se pode dizer que as notícias que têm sido vazadas sejam tranquilizadoras.

Do lado do governo, há boas razões para apreensão. Sobram evidências de que a preocupação com a coerência da política macroeconômica vem sendo abandonada, especialmente no front fiscal. Há poucos dias, o ministro da Fazenda justificou a controversa redução da taxa de juros de longo prazo (TJLP) como compensação às empresas pela valorização cambial. O que dá bem idéia da confusão mental que vem pautando parte da formulação da política econômica. Quanto ao possível segundo mandato, o que agora vem sendo vazado, sempre por misteriosas fontes não identificadas, é que ao cabo da espantosa expansão de gastos de 2006, o governo estaria afinal imbuído de surpreendente determinação para levar adiante um esforço de ajuste fiscal de longo prazo. É pouco crível que as mesmas figuras que lutaram com unhas e dentes para afundar tal proposta há não mais de um ano estejam agora empenhadas em resgatá-la. Menos crível ainda quando o ministro da Fazenda tenta ridicularizar propostas de corte de gastos e insiste que o sistema previdenciário não carece de nova reforma.

Do lado da oposição, tampouco se pode descartar os riscos de que a discussão sobre a política econômica se descaminhe. O espetacular desempenho de Alckmin no primeiro turno, sem grande ajuda da maior parte dos figurões da coalizão que supostamente lhe dá apoio, abriu-lhe excelente oportunidade para, não só disputar com sucesso o segundo turno, mas chegar à Presidência com amplo espaço para passar ao largo de idéias econômicas equivocadas que ainda turvam a visão de mundo de parcela significativa de seus correligionários. Em que medida Alckmin saberá tirar bom proveito dessa oportunidade é algo que ainda não se sabe.

É um avanço notável que afinal haja hoje, entre tucanos mais ilustrados, consenso relativamente amplo quanto à urgência de um esforço sério de ajuste fiscal pelo lado do dispêndio. E não falta no PSDB quem tenha entendido que a medida mais salutar para tornar o câmbio mais compensador para os exportadores é abrir a economia e contar com demanda de importação mais vigorosa no mercado cambial. O problema é que, tendo em vista os entraves que o ajuste fiscal terá de enfrentar e as pressões de sempre contra a abertura, viceja também no partido um insanável encanto pelas possibilidades de um caminho das pedras que conduziria ao crescimento pela via da política cambial criativa. Que política seria essa, não se sabe. Embora continue sendo uma caixa preta incompreensível ao comum dos mortais, exerce inegável fascínio em quem a percebe como uma arca mágica da qual cada exportador poderá afinal extrair o câmbio que julga merecer.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.